

# O PRAZER DA METAMORFOSE POLÍTICA<sup>1</sup>

*Tradução de Edélcio Mostaço<sup>2</sup>*

## Resumo

Jacques Rancière e Judith Revel discutem o legado do Maio de 1968, à luz das recuperações realizadas após os anos 2000 sobre essa memória social. A noção de utopia é revista, para dela se extrair os componentes que ainda possam estar presentes nos embates sociais contemporâneos.

**Palavras-chave:** Maio de 68, memória social, utopia.

## Abstract

Jacques Rancière and Judith Revel discuss the legacy of May 68, considering the recoveries made after the year 2000 on the social memory. The sense of utopia is revisited in order to extract the components that may still be present in contemporary social confrontations.

**Keywords:** 68 May, social memory, utopia.

*A celebração dos quarenta anos de Maio de 1968 – livros, transmissões, colóquios – chega ao fim. O que lhe inspira neste dilúvio de análises?*

**Jacques Rancière** – As celebrações voltam a cada dez anos, mas esse aniversário teve uma importância especial em função da vontade de Sarkozy de “liquidar” com a herança de 68. Pode-se falar desse modo porque uma certa liquidação, aquela operada pela esquerda, já tinha sido concluída. Isso deveria ser um sepultamento. Ora, vimos reaparecer os testemunhos que recolocaram em cena a realidade dos acontecimentos. Embora esteja bem estabelecido que 68 foi um enlouquecimento de jovens cabeludos com guitarras para promover a liberação dos costumes, o que se viu ressurgir foi a dimensão política, operária e internacional do acontecimento e do período que ele inaugurou. Tudo o que um trabalho de quarenta anos sepultou voltou à superfície.

**Judith Revel** – Eu tenho uma relação pessoal com 68: eu sou quase contemporânea do evento, e esses quarenta anos de 68 são, pode-se dizer, os meus. Uma coisa me impressiona: jamais estivemos tão perto de transformá-lo

<sup>1</sup>Publicado em *Libération*, 24 de maio de 2008, entrevista por Eric Aeschmann.

<sup>2</sup>Bolsista CNPq. Professor Associado na Universidade do Estado de Santa Catarina, onde leciona Estética na graduação e na pós-graduação.

em um objeto de reflexão historiográfica e, ao mesmo tempo, nunca estivemos tão submersos em relatos privados que pretendem, precisamente pela sua privacidade, “dizer a verdade de 68”. Esse retorno por força do testemunho é apaixonante e difícil: apaixonante porque devo, eu mesma, construir um objeto do qual não tenho experiência, mas do qual sou a filha; difícil porque escuta-se seguidamente: “Você não pode compreender, não existia ainda”, ou porque nos reprovam de termos sido beneficiados pelos logros de 68 sem termos conduzido a luta: uma geração de hedonistas corrompidos e egoístas, em suma.

*Quarenta anos depois, 68 continua à noção de utopia e, ao mesmo tempo, paradoxalmente, ao fim das utopias.*

**Jacques Rancière** - O conceito de utopia nunca me pareceu adequado para pensar qualquer acontecimento que seja. Os que afirmam que 68 foi utópico querem dizer duas coisas: por um lado, foi um fracasso, porque, por definição, tudo que não é bem sucedido é utópico; mas também que se é “simpático”, “aberto”, que havia “o sonho e a generosidade”. Mas, historicamente, a utopia foi outra coisa: a elaboração de uma sociedade ideal instaurada, através de uma ação política, como o verdadeiro remédio para os males sociais. Ora, 68 demonstrou que o que importa, num movimento, não é o objetivo determinado, mas a criação de uma dinâmica subjetiva, que abre um espaço e um tempo onde a configuração dos possíveis encontra-se transformada. Para dizer de outro modo: são as ações que criam os sonhos, e não o contrário.

**Judith Revel** – O problema não é saber se uma utopia pode ser bem sucedida ou se ela, por definição, é fadada ao fracasso. 68 não foi uma utopia porque tratou-se de uma experimentação, da construção de uma diferença ou de uma descontinuidade tornada imediatamente presente. Escavar o presente de uma outra maneira, procurar inaugurar outras formas de existência – não em outro lugar ou num mundo melhor, mas aqui e agora : uma abertura para a esperança, uma violenta torção no mundo existente. Hoje em dia, nós esquecemos esse desejo de descontinuidade que é também uma aspiração de felicidade. Mas o abandono da procura da felicidade como projeto político é, eu acredito, o preço a pagar por um certo “pragmatismo” que procura precisamente apagar àquilo que 68 nos colocou : a possibilidade de uma experimentação poderosa no coração do presente. Pensar ao mesmo tempo a descontinuidade e o presente, a descontinuidade no presente.

*De modo que a ideia de 68 abalou nosso horizonte político, sem alcançar exprimir exatamente como.*

**Jacques Rancière** – Partamos do mais trivial. As palavras de ordem de 68 foram criadas por três organizações: O Movimento 22 de Março, o sindicato estudantil Unef e o sindicato dos professores do ensino superior Snesup; ou seja, um coletivo nascido de um acontecimento e dois sindicatos que possuíam bem poucos adeptos. Nenhuma organização clássica abraçou o movimento, e a CGT seguidamente forneceu contingentes que obedeciam ao apelo do momento assim criado. Foi um deslocamento da militância: o grupo organizado que deveria lançar seus contingentes na batalha cedeu lugar às organizações que funcionaram como uma cristalização do movimento, onde a força residiu na sua capacidade de iniciativa. Três formas de ação dominaram: a manifestação, a ocupação e a tessitura de relações de grupos sociais diferentes (especialmente entre estudantes e operários). Tais práticas, e em particular a forma de ocupação, estão ligadas a momentos e lugares. A ocupação da Sorbonne generalizou uma prática operária histórica que retoma uma função ofensiva, notadamente na greve da Sub-aviiação de Nantes, uma grande referência no começo de maio. Esse modo de construir a ação a partir de um lugar, de um momento, a capacidade de estender o que se passava minou as divisões clássicas: a política contra o social, a vanguarda contra o movimento de massa etc. A “greve geral” transbordou o instrumento da luta operária para tornar-se um movimento político suspendendo em todos os lugares a normalidade das relações e das instituições.

*68 foi o fim do “partido clássico”?*

**Jacques Rancière** – Não houve crise para os partidos parlamentares clássicos. Mas para o Partido Comunista, foi o fim do equívoco do partido operário que participa do jogo parlamentar, querendo ser a vanguarda de uma revolução que deve suprimir esse jogo. Nesse modelo, a atividade política é distribuída em dois pólos: de um lado, as instituições; de outro, a realização de um movimento histórico do qual o partido é a consciência. 68 marca o fim desse equívoco. O PC escolheu defender seu lugar na sociedade existente – mediante o que, ele acabou perdendo também. 68 colocou em primeiro plano toda uma outra ideia de política: a criação de espaços que não se identificam nem com a gestão das instituições existentes, nem com a formação de uma vanguarda para a revolução que virá. É um conjunto de práticas que redesenhou o espaço comum, recusando a oposição entre as restrições da ordem presente e a preparação do futuro. Fala-se frequentemente em deslocamento da militância a partir de 68 para outros lugares e novos problemas: a saúde, a escola, a sexualidade, a justiça. Na realidade, na lógica do Partido, esses são os lugares de pleito dos “movimentos de massas” auxiliares; é pela supressão dessa hierarquia de frentes de luta e de formas de ação que eles enfim tornam-se políticos.

**Judith Revel** – Embora se marque os acontecimentos falando em “Maio 68”, pára-se a história com os acordos de Grenelle. Esse calendário corresponde ao ponto de vista dos sindicatos e dos partidos, mas não ao de um movimento que prosseguiu bem mais e que incluiu parcelas inteiras do mundo operário e da universidade. Eu acredito que seja exatamente isso - a dimensão do movimento - que me faz pensar a partir de 68: porque isso representa tanto o fim do “curto século XX” de que fala Hobsbaum quanto o começo de outra coisa, na qual ainda nos encontramos, quarenta anos depois, e que pode ser expressa através de três grupos de questões. Inicialmente, o que é um movimento, o que é uma política de movimentos? Um partido ou um sindicato detém o monopólio da organização das forças políticas, ou, ao contrário, podem existir outras formas de ações coletivas? E ainda: é pensável uma organização fora dos partidos e dos sindicatos que estruturaram os códigos e a “gramática política”?

Em seguida, quais são os “sujeitos coletivos” sobre os quais repousam os problemas da organização no interior dos movimentos? Os instrumentos da sociologia, pelas análises das ações sociais, ou as categorias utilizadas por certo marxismo ortodoxo em 68, não puderam nada dizer, na época, sobre essa nova subjetividade que se colocou exatamente em movimento.

A terceira questão, enfim: a da relação com a história. É possível reconhecer aquilo como produto de certos determinismos históricos (econômicos, sociais, políticos, epistemológicos) e saber que somos, apesar disso, capazes de produzir qualquer coisa de inédito? É possível existir, simultaneamente, determinismo e liberdade? É tudo isso que 68 inaugura e que continua a nos fascinar. E é também, penso eu, o que nos revelam as condições dos conflitos sociais atuais: percebe-se que as identidades estão em permanente desconstrução e reconstrução, em função de certas relações de força. As subjetividades coletivas não param de se reinventar no interior das lutas, inaugurando no interior das malhas de um poder contra o qual se colocam, outros discursos, outras formas de organização e de ação. É necessário pensar, por exemplo, na precariedade, na maneira como cruzam tais percursos com os dos migrantes, dos estudantes, dos jovens dos subúrbios, das mulheres...

*Não obstante, as revoluções prometem não mais ter lugar. Não é um fracasso?*

**Judith Revel** – Eu creio que a vitória é tomar o poder; e quando essa tomada de poder não ocorre diz-se que é um fracasso. Eu não acredito que para 68 isso possa ser colocado nesses termos. 68 possuiu efeitos de realidade extremamente importantes - politicamente, socialmente, culturalmente. Ademais, as críticas que lhe foram dirigidas atualmente estão à altura de seus

efeitos e voltam-se para apagar o que 68 inaugurou. Nós acabamos de passar em revista vários deles: uma nova dimensão coletiva, um campo de experimentação, a dissolução de um número de oposições - entre, por exemplo, o mundo do saber e o mundo do trabalho material, entre o movimento e a organização, entre as diferenças e o comum, entre a história e a liberdade. Vivemos num universo onde a gramática política foi inteiramente rearticulada por 68, e é isso que se procura negar ao se dizer que 68 instaurou o individualismo, o sentido desmesurado de prazer e do egoísmo. Essa caricatura é um modo de não pensar a novidade de 68.

*Alguns fazem de Sarkozy justamente um produto do espírito de 68...*

**Jacques Rancière** – Pode-se resumir 68 a um só objetivo: tornar os Sarkozy impossíveis. Os jovens desfilarão pelas ruas com slogans do tipo: “não queremos mais ser os exploradores de amanhã, não queremos mais sermos servos da exploração”. Encarnando 68, Sarkozy é um personagem do século XIX, um jovem homem que deseja “chegar”, como o Rastignac, de Balzac, ou o Frédéric Moreau, da *Educação Sentimental*. Ele representa a coincidência desse desejo pueril de poder pelo poder com a lógica global daquilo que eu chamo de polícia: a gestão dos assuntos comuns como conjunto de problemas que remetem aos cuidados da gente competente, em oposição à política como exercício da capacidade comum de todos. O espírito de 68 é o que o torna um cretino para querer tornar-se um presidente da República. Estamos na política como invenção coletiva e não como tomada de poder. Estamos num período onde estamos quase esquecendo que existem ministros e deputados.

**Judith Revel** – Me é totalmente indiferente saber o que Nicolas Sarkozy pensa de 68. Para mim, 68 interroga sobretudo a esquerda atualmente. Porque ele fez ver uma configuração política inédita: a constituição de campos de experiência, uma relação crítica com as instituições existentes, um modo de interrogar aquilo que poderiam ser instituições de natureza diferente. E, sobretudo, uma outra relação com o poder - que não mais necessita tomar o poder, nem mesmo se instituir como contra-poder ... Quarenta anos depois, a esquerda ainda é prisioneira de uma “forma partido” na visão exclusiva da tomada do poder, interna ou externa. É por ter esquecido 68 que ela perde. Eis porque não se deve hoje em dia reproduzir 68 - não se reproduz um acontecimento com quarenta anos de distância, isso não faz sentido - mas colocar-se de novo as questões que 68 abriu: quais espaços de luta abrir, que novas subjetividades políticas colocar em jogo, quais práticas políticas e que modos de vida inventar? A maioria dos movimentos atuais ocorre nesse terreno. A esquerda está, aí de mim, surda...

**Jacques Rancière** – Sim, foi a esquerda quem liquidou com 68. Em 1981, logo após eleito, François Mitterand declarou que com sua vitória a maioria política tinha chegado, finalmente, a reagrupar a maioria sociológica do país. Ele ratificou assim uma definição sociológica da política como coincidência entre instituições do Estado e a composição da sociedade. Ora, 68 foi um momento político importante porque criou uma cena política distante, e instituições do Estado, e composições de blocos sociais. A política é o que interrompe o jogo das identidades sociológicas. No século XIX os operários revolucionários que eu estudei diziam em seus textos: “nós não somos uma classe”. Os burgueses os designavam como uma classe perigosa. Mas, para eles, a luta de classes era a luta para não mais ser uma classe, a luta para sair da classe e do lugar para o qual foram designados pela ordem existente, era uma luta para se afirmarem como os portadores de um projeto universalmente compartilhável. 68 reativou essa abertura entre a lógica da emancipação e as lógicas classistas.

**Judith Revel** – 68 fez implodir a noção de classe, mas também a de identidade. O que dominou foi o prazer da mudança, da metamorfose, da recusa em declarar o que se era. Saiu-se da “moral do estado civil”, para se recuperar a bela expressão de Michel Foucault. O paradoxo é que, no refluxo que se seguiu, viu-se multiplicar as partições identitárias, comunitaristas. Porque acreditou-se que era um bom modo de resistir; porque, do ponto de vista do poder, paradoxalmente, isso facilitou a gestão dos indivíduos. A referência identitária ou comunitarista, quando se fecha sobre ela mesma, é uma maneira de falar a língua do poder, de se auto-designar nas próprias categorias do poder enquanto linguagem. Atualmente o único espaço político de contestação que é reconhecido é a tomada de palavra comunitarista ou identitária, e isso não é um acaso. É uma maneira de reintroduzir o fechamento e a unidade lá onde o poder político deve introduzir, ao contrário, as diferenças.

Durante a crise nos subúrbios há dois anos, assistimos a uma desesperada tentativa de definir quem eram os arruaceiros, o “sujeito” da revolta. Procurou-se constituir categorias. Falava-se em “Negros contra Brancos”; ou em “emigrados contra os franceses”. Evocava-se os inativos, os politicamente afásicos, os socialmente estéreis, falou-se em entropização social, colocando-os em oposição aos estudantes que se manifestavam contra o CPE, aos desempregados, aos precários... Bem mais que os veículos queimados, é essa dificuldade de dar conta desse novo sujeito coletivo que foi o motivo do pânico que tomou os dirigentes políticos. Porque os arruaceiros não diziam quem eram, mas como eles viviam, porque se recusavam a uma vida reduzida ao estado de sobrevivência e que seus comuns não eram uma cor de pele ou uma origem, mas um território, as condições de existência, um sofrimento e, sobretudo, as aspirações comuns. A ideia do direito à felicidade foi onipresente

nessa revolta. Essa felicidade, não era uma utopia mas uma exigência. Liquidar 68, isso retorna também àquilo: não escutar as pessoas que reivindicam o direito político à felicidade.

*Pode-se dizer que 68 enterrou a própria ideia de revolução?*

**Jacques Rancière** – 68, e não apenas na França, recolocou em cena a ideia de revolução como processo autônomo, criando um espaço-tempo próprio ao inverter a distribuição das posições e das paisagens comuns. Reencontra-se aquilo que teve lugar nas revoluções do século XIX, em 1830, em 1948 e 1871. A saber, um vacilo global da legitimação estatal e do conjunto de autoridades sociais e intelectuais. Essa lógica não é aquela da revolução para tomar o poder. Aqueles que desceram à rua em 1830 queriam sobretudo opor seu poder de palavra e de manifestação ao poder soberano do interdito. Fazendo assim, criaram um espaço imprevisto onde o poder viu-se nu, despojado dos privilégios que tinham em seus corpos. Isso causou um “poder a tomar”, mas que não era senão o poderio da revolução. Esse efeito de por a nu o sistema dos lugares e das legitimidades foi central em 68, e poderia muito bem ter criado um semelhante “poder a tomar”. Mas, entretanto, houve a generalização da ideia marxista de revolução como processo de tomada do poder conduzida por um partido que resume a inteligência do movimento histórico.

68 foi a isca de uma revolução do primeiro tipo, fazendo todos pensarem nos termos da segunda. Pensou-se na reviravolta dos termos marxistas, anulando-se a vanguarda determinada a levar a revolução a seu termo histórico. Que foi assim encerrada a era das revoluções, anuladas por assim dizer. Seis anos após, ela reapareceu em Portugal. 68 foi uma mobilização operária massiva, massivamente pensada dentro das categorias marxistas mas que suporta mal os modelos marxistas da “revolução” necessária. Nada era menos necessário que 68. 1967 teve um clima de fim de história e de reformismo triunfante. Se um “novo 68” pode fazer sentido, é o de um movimento que crie uma cena comum revolvendo a distribuição dos lugares, que coloca de um lado o político como coisa de ministros, e de outro o social ou a escola como lugar de negociação sindical etc.

*Um slogan de 68 restou nos espíritos: “Não é mais que um começo, continuemos os combates”. E, a cada crise social, volta a questão: e se Maio de 1968 recomeçar? Essa questão é puramente retórica?*

**Judith Revel** – “Vai recomeçar” não faz nenhum sentido. A história nunca recomeça. Ao contrário, “ não é mais que um começo...” pode dizer alguma coisa. Se há um combate a continuar, assim o podemos formular:

como, hoje em dia, fazer valer uma libertação da injustiça, da exploração, da ilegalidade e do sofrimento social que seja, simultaneamente, uma afirmação de liberdade, uma experimentação, uma descontinuidade? Essa questão, se a colocamos, abre uma formidável esperança.

**Jacques Rancière** – Eu raramente ouço falar “vai recomeçar”. Eu escuto justamente o contrário: “acabou”, e, mais frequentemente, “isso nunca existiu”, isso é a ilusão de um momento. A questão, então, é saber se o acontecimento existiu, e em que medida nós podemos nele colocar uma significação que tenha um sentido na perspectiva de construir um futuro e de definir uma comunidade; de saber, enfim, se existe um universo de possíveis criados ou não por 68. 2008 não é 68. “Nós não queremos ser a moldura da sociedade”, diziam então os estudantes, que se pensavam numa fase revolucionária da história. Hoje em dia a ordem dominante retomou o tema da necessidade histórica para fazê-la supurar no livre mercado. E os estudantes diziam mais, no tempo do CPE: “não queremos ser os proletários da sociedade”. Mas o que dá sentido à política é, em todo caso, a recusa da necessidade: é isso que cria os futuros imprevistos. Foi isso que o movimento de 68 mostrou, assim como as revoluções do passado.